

Politicização e consciência histórica em jovens brasileiros, argentinos e uruguaios*

Geni Rosa Duarte**
Luis Fernando Cerri***

Resumo. O texto discute as relações entre consciência histórica, cultura histórica e cultura política, com base nos dados empíricos levantados pelo projeto “Jovens diante da História”. Tal discussão, relevante para os estudos sobre a juventude, também é capaz de fornecer elementos orientadores de políticas e práticas educativas. Os fundamentos teóricos encontram-se nas obras de Jörn Rüsen (2001; 2009) e Martha Abreu (2007), entre outros. A pesquisa que gerou os dados é de caráter quantitativo; o instrumento usa majoritariamente questões na escala Likert e a análise é conduzida por meio de estatística descritiva e o estabelecimento de cruzamentos e correlações. A amostra é composta de estudantes secundários do Brasil, Argentina e Uruguai. Os resultados reforçam a prevalência de perspectivas individualistas em detrimento das coletivas e públicas, e certa dificuldade de relacionar questões sociais do presente com formas de exploração das pessoas do passado. Mas mostram também diferenças significativas entre os jovens dos três países nas formas de avaliar o passado mais recente, em especial com relação aos regimes ditatoriais, respondendo de formas diversas sobre as formas como as sociedades lidam com a memória das violações dos direitos nesses períodos.

Palavras-chave: *Survey* intercultural; Consciência histórica; Cultura política; Direitos humanos; História recente.

Politicization and historical awareness in brazilian, argentine and uruguayan young people

Abstract. Relationships between historical awareness, historical culture and political culture based on empirical data collected by the project *Youth facing History* are discussed. The discussion is highly relevant for studies on youth and

* Artigo recebido em 01/06/2012. Aprovado em 07/08/2012. Pesquisa financiada pela Fundação Araucária/PR e CNPq/Brasil.

** Professora do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, Brasil. E-mail: geni_rosaduarte@yahoo.com.br

*** Professor do Programa de Pós-graduação em História da UEPG, Ponta Grossa/PR, Brasil. E-mail: lfchronos@yahoo.com.br

provides political and educational guidelines. The discussion is based on the theories by Jörn Rüsen (2001; 2009), Martha Abreu (2007) and others. A quantitative research is undertaken mainly using questions on the Likert scale. Analysis is performed by descriptive statistics with the establishment of crossings and co-relationships. Sample consists of Brazilian, Argentine and Uruguayan secondary school young people. Results reinforce the prevalence of individualist perspectives to the detriment of collective and public ones, with difficulties in relating present social issues to exploratory forms of past peoples. Significant differences are also extant among young people of the three countries in their evaluation of the recent past, especially that on the dictatorial regimes. Responses on the way society deals with the memory of human rights violation during this period were diversified.

Keywords: Intercultural survey; Historical awareness; Political culture; Human rights; Recent history.

Politización y conciencia histórica en jóvenes brasileños, argentinos y uruguayos

Resumen. El texto discute las relaciones entre conciencia histórica, cultura histórica y cultura política, sobre la base de datos empíricos recogidos por el proyecto Jóvenes ante la Historia. Tal discusión, relevante para los estudios sobre la juventud, también es capaz de ofrecer elementos orientadores de políticas y prácticas educativas. Los fundamentos teóricos se encuentran en las obras de Jörn Rüsen (2001; 2009) y Martha Abreu (2007), entre otros. La investigación que generó los datos es de carácter cuantitativo; básicamente, el instrumento utiliza cuestiones en la escala Likert y el análisis es conducido a través de estadística descriptiva y del establecimiento de cruces y correlaciones. La muestra está compuesta de estudiantes secundarios de Brasil, Argentina y Uruguay. Los resultados refuerzan la prevalencia de perspectivas individualistas en detrimento de las colectivas y públicas, como una cierta dificultad en relacionar cuestiones sociales del presente con formas de explotación de las personas en el pasado. Sin embargo, también se evidencian las diferencias significativas entre los jóvenes de los tres países sobre cómo evalúan el pasado más reciente, especialmente, en relación a los regímenes dictatoriales, respondiendo de diversas formas sobre el modo en como las sociedades entienden la memoria de las violaciones de los derechos durante esos períodos.

Palabras Clave: *Survey* intercultural; Conciencia histórica; Cultura política; Derechos humanos; Historia reciente.

Introdução e antecedentes

A perspectiva do presente texto é desenvolver considerações sobre os relacionamentos entre os perfis de politização de jovens estudantes com o conceito de consciência histórica¹. Consideramos que o conceito de cultura política² é pertinente para essa discussão, na intersecção com o conceito de cultura histórica³, que por sua vez interage intimamente com os processos descritos pelo conceito de consciência histórica.

Discutiremos essas relações com base nos dados empíricos do projeto “Jovens diante da História”, inspirado basicamente no projeto “*Youth and History*” (ANGVIK; BORRIES, 1997), desenvolvido nos países europeus a partir de 1994, com base na rede *European Standing Conference of History Teachers Associations (Euroclio)*. Este projeto procurou dar respostas às questões sobre a qualidade, as características e os resultados do ensino de História, bem como sobre a configuração geral da consciência histórica e atitudes políticas dos jovens europeus. A metodologia consistiu em um levantamento comparativo de amplo alcance, por meio de um questionário fechado respondido por jovens de 15 anos de 25 países europeus mais Israel e Palestina e seus professores de História, versando sobre conteúdos, métodos e concepções de História e cidadania, com sustentação no conceito de consciência histórica.

A pesquisa europeia, que sucedeu outras investigações de menor fôlego, deu espaço a uma grande quantidade de encontros, debates, publicações

¹ A consciência histórica pode ser definida, sumariamente, pelo processo inerente à vida humana pelo qual sujeitos e coletividades estabelecem e restabelecem sentidos e significados para o tempo.

² Definiremos: “Cultura política [é expressão usada] para designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 2008, p. 306).

³ Cultura histórica será tomada como “um conjunto de fenômenos histórico-culturais representativos do modo como uma sociedade ou determinados grupos lidam com a temporalidade (passado-presente-futuro) ou promovem usos do passado” (ABREU et al., 2007, p. 15).

e estudos. Um deles, “*Is history teaching up to date?*” de Signe Barschdorff (1998), por exemplo, coloca em questão o tema da inovação e as características temáticas, políticas e metodológicas do ensino nos países participantes da pesquisa.

Outro estudo é a dissertação de mestrado de Maria Rosa Chaves Künzle (2003), defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná em 2003, intitulado *O ensino de História e o conceito de nação: um instrumento de pesquisa*. Tal estudo selecionou algumas das questões do instrumento europeu para os alunos, referentes à nação, história e identidade nacional, adaptando-as para o contexto da história e cultura política do Brasil, aplicando-as em escolas públicas e particulares de Ensino Médio da cidade de Curitiba. Além disso, desenvolveu método para quantificar e cruzar respostas utilizando planilhas de dados.

Sobre a juventude, sua visão de mundo, comportamento e opiniões, há uma profusão de estudos, principalmente no campo da Educação e, principalmente, da Sociologia. O exemplo mais destacado é o da pesquisa nacional “Perfil da Juventude Brasileira”, desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), pelo Instituto Cidadania e o Instituto de Hospitalidade, que entrevistaram 3.500 jovens em todos os Estados brasileiros em 2003.

As adaptações para um projeto sul-americano referente à juventude e sua consciência histórica⁴, que é o objetivo final da pesquisa que estamos relatando, envolveram revisão da tradução a partir do português de Portugal, adaptação cultural dos questionários, por meio de exclusão de algumas

⁴ O projeto Jovens diante da História foi concebido em 2006 e executado entre 2007 e 2009, coordenado pelo Grupo de Estudos em Didática da História da UEPG, com a participação de pesquisadores, no Brasil, da UEL, da Unioeste e da Rede Estadual de Ensino do Paraná, e com pesquisadores da Universidad Nacional de General Sarmiento, da Universidad Nacional del Litoral e da Universidad Nacional de La Plata, na Argentina. Os questionários utilizados podem ser acessados em <http://pt.scribd.com/doc/103330803> (professores) e <http://pt.scribd.com/doc/103330886> (alunos).

questões, inserção e adaptação de outras. Questões importantes no cenário europeu da década de 1990, mas com pouco ou nenhum significado na América do Sul, foram retiradas, assim como questões que envolviam uma profundidade temporal ausente na América (como “casa rústica de 300 anos” ou “igrejas medievais”). Foi incluída uma série de questões pertinentes para o contexto sul-americano, não contemplado satisfatoriamente no questionário europeu: os heróis nacionais (canônicos e subversivos), as ditaduras militares, o papel das mulheres. A questão sobre indenizações para os países colonizados foi modificada para indenizações para descendentes dos povos originários ou africanos, explorados e/ou submetidos a políticas de extermínio no processo de construção das nações latino-americanas. Incluímos ainda o tema das ditaduras militares da segunda metade do século XX, que é presente em praticamente todos os países latino-americanos, ao contrário do que ocorre na Europa, por uma maior heterogeneidade política entre os países envolvidos.

A reforma do questionário apontou também os limites das pesquisas interculturais, sobretudo nas questões que, embora candentes para um país (como o caso das reparações aos negros pela escravidão e o racismo, no Brasil), não são tão relevantes para a Argentina e outros países do Cone Sul.

Os questionários da pesquisa Jovens diante da História (para professor e para alunos) incluem temas sobre os quais os respondentes manifestam-se marcando o nível de sua concordância com as afirmativas por meio da escala de Likert ou escala de atitudes. As questões para os alunos envolvem opiniões sobre o significado da história, a importância de seus objetivos, formas de história que mais agradam e em quais mais se confia, importância de religião e política, as práticas de sala de aula, conhecimentos de cronologia sobre processos históricos, interesse em períodos e temas de história, noção de passado e projeções para o futuro (pessoal e coletivo), tópicos importantes do conteúdo escolar da história (Idade Média,

Colonização, Revolução Industrial, Adolf Hitler), grau de importância de elementos da vida pessoal e coletiva, sentido da História, interpretação da riqueza e pobreza, compreensão da historicidade, definições de nação, solidariedade social, próceres, Mercosul, democracia, papel da mulher, governos militares e posicionamento quanto a temas polêmicos contemporâneos.

O questionário dos professores é menor, e é em geral aplicado aos professores dos alunos respondentes. Tem por objetivo comparar concepções e práticas de sala de aula com os alunos, além de levantar informações adicionais sobre o contexto em que os alunos responderam os questionários. Foram computados 1.473 questionários de alunos, sendo 744 do Brasil, 536 da Argentina e 193 do Uruguai, e mais 65 questionários de professores dos três países.

Naturalmente, este estudo não tem pretensões de dar conta de questões desde a representatividade estatística do universo dos jovens dos três países. Nosso objetivo é destacar algumas linhas possíveis de interpretação, utilizando dos dados coletados que nos forneçam elementos para pensar a relação estabelecida pelos jovens com o conhecimento histórico, compartilhando significados e se posicionando frente aos desafios do mundo contemporâneo.

Aqui nos deteremos principalmente em questões que implicam atitudes, valores, representações sociais e percepção de alguns direitos coletivos, na medida em que isto nos possibilita apontar algumas especificidades com respeito a essa parcela desta geração que chega aos 15 anos na primeira década do século XXI. Naturalmente, pensamos apenas em tendências gerais, pelas quais podemos tecer algumas considerações envolvendo também algumas problemáticas relativas ao ensino de História, muito especialmente da história recente, dos três países considerados.

Análise dos dados obtidos pela aplicação do questionário

Há em nossa sociedade uma percepção geral de que vivemos uma situação social de crise moral ou de valores, que resulta numa rejeição da ação política, fazendo com que toda possibilidade de intervenção do indivíduo na sociedade seja vista e avaliada pela perspectiva individualista e competitiva, em detrimento da perspectiva pública e solidária. Ao mesmo tempo, cresce significativamente o acesso da população jovem ao mundo virtual, muito especialmente através das redes sociais, o que tem apontado para novas formas de contato e mobilização.

Com relação à parcela de jovens que agora penetram na vida política, o desinteresse pela ação na esfera pública possibilita comparações, nem sempre realistas, com perspectivas até mesmo utópicas de parcelas da juventude no passado, que teriam se envolvido num projeto de transformação social, muito distantes das preocupações dos adolescentes e jovens de hoje. Na medida em que trazemos à discussão algumas respostas dadas por estudantes hoje, procuramos fugir dessa dicotomia, confrontando posicionamentos a partir de algumas questões que podem ser dimensionadas a partir do social – em que entram formas de se pensar a política que podem ser percebidas nos três países referidos, em especial as maneiras de se pensar os recentes anos (ou décadas) das ditaduras.

A fonte empírica para as análises a seguir são as duas bases de dados constituídas a partir da tabulação dos questionários de alunos e de professores. O método empregado é a análise da estatística descritiva, submetendo os resultados ao estudo crítico por meio da elaboração de novas hipóteses e interpretação com base em outras fontes de dados, assim como por meio dos conceitos acima relacionados, com o que se retorna aos conceitos de consciência histórica, cultura política e cultura histórica que embasaram o projeto e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

Os instrumentos de pesquisa permitem a abordagem por meio de diversos vieses temáticos, assim como diversas combinações possíveis entre os temas envolvidos. Nesse texto, especificamente, nos dedicaremos a selecionar alguns dados que permitem pensar a relação entre a consciência histórica e a cultura política, dado que a consciência histórica é definida como a capacidade de dar sentido ao tempo, interpretando-o, nossa escolha de dados buscou relacionar expectativas de futuro e as estimativas de passado e futuro coletivos com as informações sobre temas e conceitos políticos no tempo, como a concepção de democracia, as razões imaginadas para diferenças econômicas e sociais, o posicionamento quanto a um processo histórico em que posições políticas e métodos de ação se radicalizaram (as ditaduras cívico- militares) e assim por diante.

É necessário esclarecer, ainda, que o desenho da pesquisa não permite estabelecer uma relação direta entre o que os alunos sabem, pensam e escolhem com o ensino de História que tiveram, pois os dados coletados fornecem informações apenas sobre **como** as aulas de história são ministradas, ou seja, seus aspectos metodológicos e a percepção do aluno quanto aos objetivos de ensino. Portanto, é possível apenas relacionar os resultados com informações de outras fontes que não as da própria pesquisa e traçar hipóteses a confirmar por meio de futuras investigações. As bases de dados produzidas constituem um instantâneo sobre o que sabem, pensam e opinam os sujeitos da amostra, e não permite por si só explicar como esse instantâneo se constituiu, para o que se poderá recorrer, futuramente, a pesquisas qualitativas.

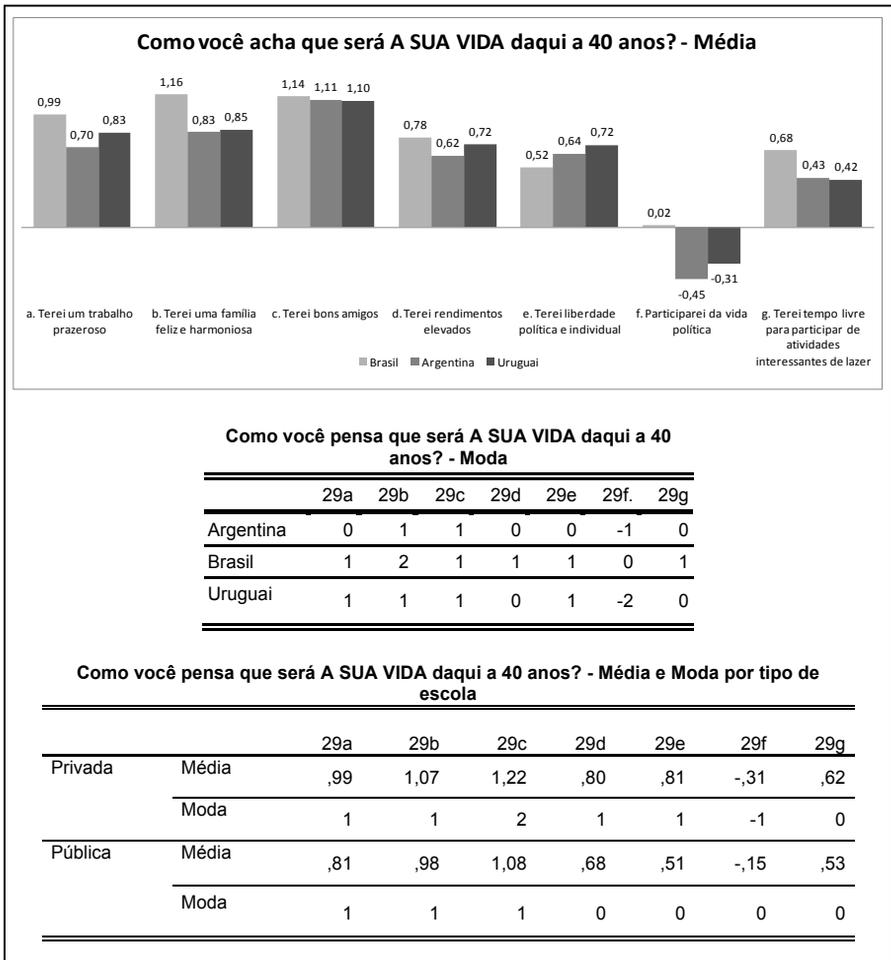
Esclarecido este item, a primeira problemática a ser ressaltada refere-se ao posicionamento dos jovens pesquisados sobre suas perspectivas a respeito do futuro, a par de sua avaliação sobre o passado mais recente. Para isso, voltamos-nos para algumas das questões propostas pelo questionário aplicado, cujas respostas implicavam em avaliar como seria a vida do jovem respondente

daqui a 40 anos, ou seja, quando ele estiver com uma vida profissional e econômica estabelecida, e talvez próximo de uma possível aposentadoria. Ao mesmo tempo, pediu-se o que ele pensava que tinha sido a vida do país nos últimos 40 anos, e como ela possivelmente seria daqui a quatro décadas. Com isso, a relação passado/presente se apresentava como um tempo que podia ser mensurado e avaliado a partir de suas próprias vivências, ou das vivências familiares, projetando também expectativas individuais e coletivas. Na teoria da consciência histórica de Rüsen e outros, a avaliação do passado e projeção do futuro compõem o “mecanismo básico” pelo qual um indivíduo e um grupo enfrentam as múltiplas e cotidianas situações de decisão pelas quais tecem suas ações na vida prática. Na dialética entre tempo como experiência e expectativa, as necessidades de orientar-se no tempo são filtradas por perspectivas, entre as quais está a cultura histórica, que pré-avalia, torna familiares ou estranhos os personagens e acontecimentos, e a cultura política, pela qual os padrões de construção das decisões que afetam a coletividade são separados entre aceitáveis ou inaceitáveis, viáveis ou não-factíveis, prometedores de avanços ou recuos. Leve-se em conta que “avanços” e “recuos”, “progressistas” ou “conservadores” são também marcadores temporais, vinculados a determinadas interpretações sobre o sentido avaliado e/ou projetado do tempo da sociedade.

Referindo-se ao seu futuro individualmente, percebe-se nas respostas dos participantes a valorização de fatores que se referem à sua vida individual e familiar, destacando-se a possível presença de bons amigos (“terei bons amigos”), seguindo-se a perspectiva de vida familiar estruturada (“terei uma família feliz e harmoniosa”), tanto entre os jovens brasileiros, como argentinos e uruguaios (embora nesse último haja uma média ligeiramente maior entre os jovens brasileiros). Com menor média, mas ainda significativamente, aparecem os fatores ligados a trabalho (“terei um trabalho

prazeroso”) e renda (“tereí rendimentos elevados”), com uma avaliação um tanto mais incipiente das possibilidades de lazer (“tereí tempo livre para participar de atividades interessantes de lazer”). A percepção de maior sucesso no trabalho se deu mais entre alunos de escolas particulares do que de públicas, o que se verifica tanto na média quanto na moda ao estudar os dados por esse viés (Quadro 1).

Quadro 1 - Expectativas de futuro - médias e moda



Fonte: Projeto “Jovens diante da História”, 2009.

Todavia, há uma média próxima da neutralidade ou negativa na questão que projetava a possibilidade de participação na vida política, embora fosse um pouco mais positivada a informação de que se teria liberdade política e individual. Média e moda deste item apontam que tais tendências a rejeitar participação política e mesmo assim prever liberdades em alta são mais acentuadas nas escolas privadas. A divergência entre as médias sugere uma postura delegatária no que se refere à ação política: se os sujeitos tendem a não se ver participando politicamente, no futuro, e ao mesmo tempo projetam um futuro de liberdades políticas e individuais tais liberdades devem ser garantidas por outrem.

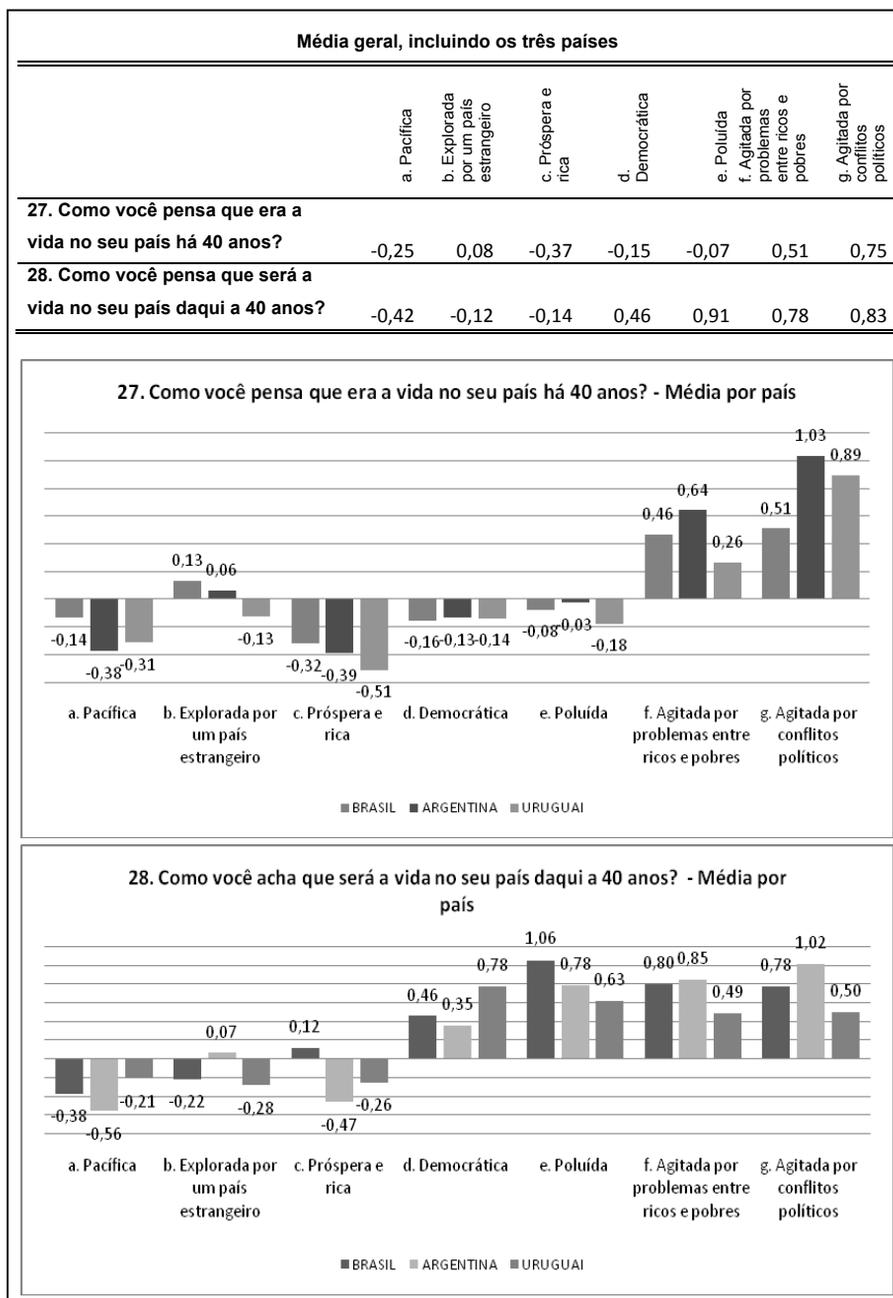
Algumas vertentes de interpretação se abrem sobre essas respostas em geral: de um lado, certa propensão para a prevalência de fatores identitários centrados no âmbito familiar ou privado, próprios desse grupo etário. Afinal, ter bons amigos tem um peso significativo na vida dos adolescentes, para os quais a família é um referencial importante ou pode-se pensar, de forma mais ampla, nesses traços como uma característica no novo modelo capitalista, quando, a partir da fragmentação da vida pública, se produz um indivíduo orientado para o curto prazo, focado mais nas capacidades potenciais do que nas habilidades reais, desprezando a experiência e o passado, preso muito mais ao presente (SENNETT, 2006). O que fica claro é uma tendência de certo *presentismo*, ou uma dificuldade de pensar em outras temporalidades a partir de outros marcos e horizontes de expectativas além dos interesses individuais.

Estes apontamentos podem ser avaliados, também, a partir das respostas dadas às questões referentes ao passado e futuro do país onde vivem. A percepção da vida nacional, de forma ampla, é a de que ela foi agitada por problemas entre ricos e pobres, e por conflitos políticos (essa última avaliação com um peso um pouco maior entre os jovens argentinos e uruguaios). São feitas avaliações negativas sobre características como ser pacífica, democrática, próspera e rica e poluída. Para o futuro, projetam-se como problemas a poluição (com um

peso um pouco maior entre jovens brasileiros), conflitos entre ricos e pobres e conflitos políticos, e numa avaliação com menor peso entre os jovens dos três países, democrática. Uma avaliação negativa incide sobre as possibilidades de se enxergar essa vida futura como pacífica, próspera e rica (com uma pequena positividade entre jovens brasileiros) e de ser explorada por um país estrangeiro, embora essa última possibilidade tenha sido indicada no passado por um pequeno número de jovens brasileiros, talvez referida a um passado mais distante. Todavia, a nação no futuro será mais democrática. Fatores ambientais (“poluição”) têm mais peso entre os brasileiros, mais no futuro que no passado, e a identificação de “conflitos políticos” está mais presente entre os argentinos. De um modo geral, nesta questão, em ambas as medidas de tendência central, média e moda, os estudantes brasileiros respondem de modo mais otimista, exceto quando se trata de estimar a liberdade individual e política no futuro.

Sobre as questões ambientais, percebem-se nitidamente as diferenças de posicionamentos entre os jovens dos três países, talvez articulados a uma maior visibilidade de posicionamentos no Brasil, frente à existência de vários movimentos sociais direcionados ao tema. Em termos de cultura histórica, é possível estimar que esta resposta recebe influência de todo o discurso e simbologia nacionalista com raízes profundas no tempo, que louva e associa a identidade e a grandeza da pátria brasileira ao seu patrimônio natural. Num outro momento do questionário, solicitado posicionamento sobre temas polêmicos, entre os quais estaria a necessidade da preservação do meio ambiente, mesmo que isso prejudicasse o desenvolvimento econômico. O respondente deveria se posicionar sendo contra, a favor, ou poderia ficar indeciso ou mesmo não se pronunciar a respeito. Cerca de 50% dos respondentes brasileiros manifestaram posicionamento favorável quanto a este item, contra em torno de 10% contrários; entre os argentinos, essa relação foi de cerca de 27% para 23%, e entre os uruguaios, aproximadamente de 23% para 13%.

Quadro 2 - Estimativa de passado e futuro coletivos



Fonte: Projeto “Jovens diante da História”, 2009.

Em termos gerais, a avaliação dos jovens sobre o futuro é pessimista, estabelecendo-se então quase uma continuidade direta com as questões problemáticas do passado, projetando sua manutenção ou aprofundamento. Todavia, de forma geral, há a divergência na visão do futuro do país ligada à percepção do seu próprio futuro: terão estes jovens no futuro uma vida melhor, embora, do ponto de vista social e político haverá permanência de conflitos e, portanto, os frutos do desenvolvimento não serão distribuídos a todos. É como se eles não se colocassem como personagens dentro de todos os conflitos apontados, podendo vivenciar apenas alguns.

Um ponto significativo a notar é que, ligado a uma perspectiva de futuro da nação, nos três casos, é identificada como “mais democrática” (fator não-visualizado no passado), persiste o posicionamento de não-participação na vida política, embora os posicionamentos dos três grupos face aos processos de superação das ditaduras militares sejam percebidos de forma distinta, como analisaremos mais adiante.

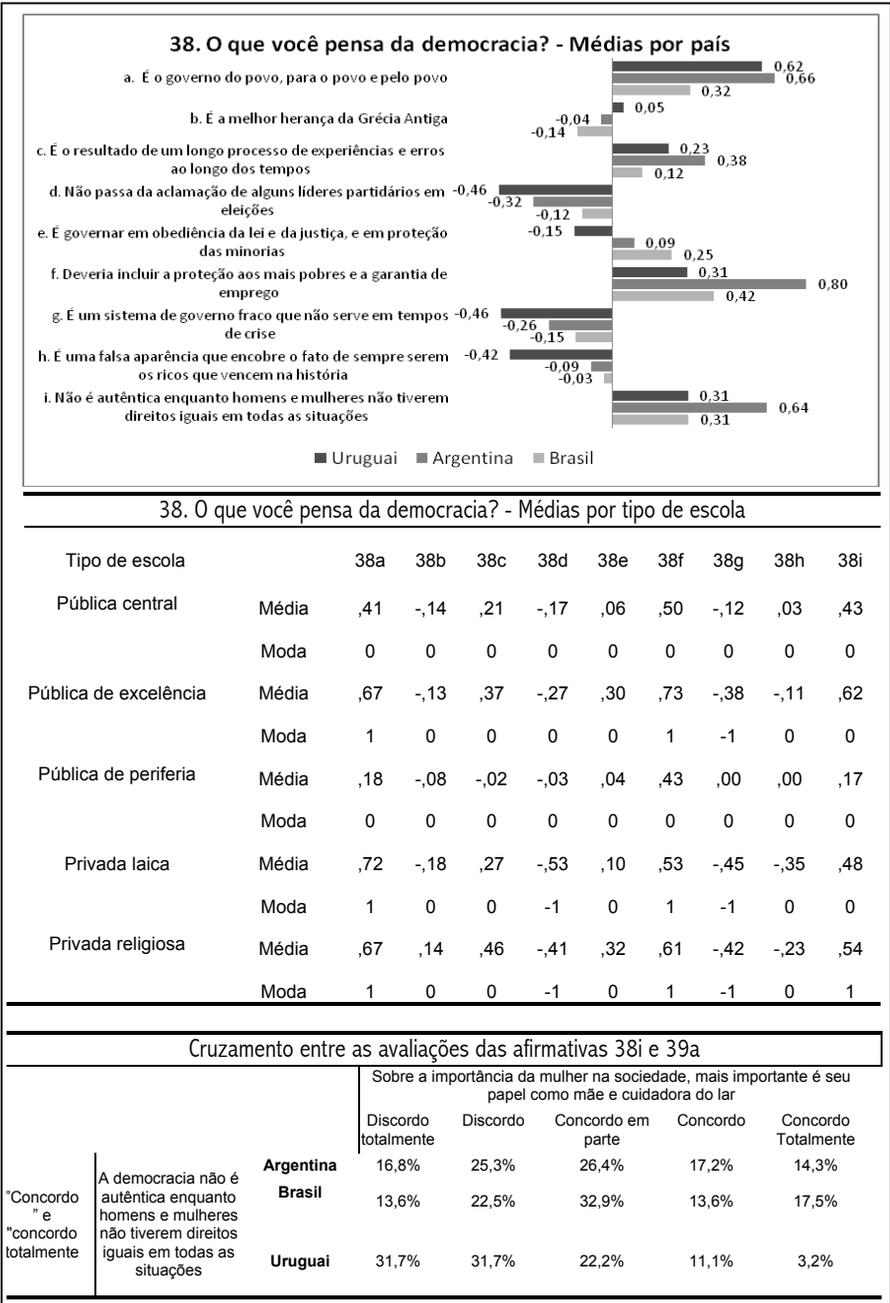
Sobre o significado da democracia, um tema de cultura política por excelência, há um maior índice na indicação de que se trata de um governo “do povo, para o povo, pelo povo” – ou seja, a formulação clássica provavelmente aprendida na vida escolar. Entretanto, há uma negativa da noção de que seria “a melhor herança da Grécia Antiga”, alternativa que estabelece uma relação canônica, tradicional, entre o presente e o passado do assunto, muitas vezes presente no ensino de História. Ao mesmo tempo, negam-se conceitos identificadores, muitas vezes, de uma cultura favorável aos governos populistas, ou fortes e ditatoriais – “não passa da aclamação de alguns líderes partidários em eleições”, ou “é um sistema de governo fraco que não serve em tempos de crise”. A afirmação de que a democracia “é uma falsa aparência que encobre o fato de sempre serem os ricos que vencem na história” procura criar espaço para um posicionamento também tendencialmente autoritária, mas mais à esquerda. As

indicações com menor peso se situam nos conceitos de que “é o resultado de um longo processo de experiências e erros ao longo dos tempos” (que pode ser associada a um padrão de atribuição de sentido ao tempo correspondente a um modelo genético, ou seja, que concebe as coisas e seu passado em sua historicidade), “deveria incluir a proteção aos mais fracos e a garantia de emprego” (uma adjetivação que conduz a uma concepção de igualdade social como base imprescindível da democracia política) e por fim a afirmação de que a democracia “não é autêntica enquanto homens e mulheres não tiverem direitos iguais em todas as situações” (que adiciona a condição posta pelo feminismo para que a democracia seja plena).

De forma geral, nossos dados não possibilitam saber exatamente o que nos jovens respondentes entendem por democracia. Entretanto, percebe-se que eles apresentam embora uma percepção bastante clara de que os seus países caminham na sua direção. O conceito tem uma aproximação com a questão do direito das minorias – dos pobres, das mulheres, dos pobres, dos desempregados – mas ao mesmo tempo uma dúvida em relação à sua efetiva efetivação – o item “é governar em obediência da lei e da justiça, e em proteção das minorias” tem um nível de indicações bastante pequeno, negativo no Brasil, mas com pequeno peso positivo na Argentina e no Uruguai.

Mas, percebe-se que a visão das minorias não se apresenta de forma unitária. Contrapondo-se as respostas acima àquelas que são dadas quando se pede o posicionamento quanto a temas polêmicos – no caso, à questão se deveria existir “plena igualdade entre homens e mulheres no trabalho, na administração da casa e na política”, os três grupos de jovens se diferenciam. Pouco mais de 62% dos brasileiros e uruguaios mostraram-se favoráveis a essa afirmação, e menos de 6% contrários. Entre os jovens argentinos, a proporção entre favoráveis e desfavoráveis foi de quase 38% e 34%. Significativamente, a proporção dos que se manifestaram (contra ou a favor) foi a mesma nos dois países.

Quadro 3 - Democracia



Fonte: Projeto "Jovens diante da História", 2009.

Confrontando-se esse resultado com outro, no qual se solicitava um posicionamento sobre a posição da mulher na sociedade, nota-se uma rejeição total ao posicionamento que a coloca como tendo, como papel principal, ser mãe e cuidadora do lar (muito especialmente entre os uruguaios).

Na indicação das demais questões (“como profissional exerce um papel econômico fundamental na sociedade”, “como cientista, contribui para o avanço do conhecimento”, “envolvida nos movimentos sociais e como liderança política, contribui de forma decisiva”), há maior positividade por parte dos jovens brasileiros e menor por parte dos argentinos (em especial no último item). Por fim, se cruzamos a visão machista do papel da mulher com a concepção feminista sobre a democracia, seria razoável esperar que os que marcaram positivamente esta última concordassem significativamente menos com a primeira, mas isso não se verifica, exceto no caso da amostra uruguaia.

Por outro lado, tendo em vista o caráter fluido das razões apontadas majoritariamente para os problemas visualizados no futuro da nação, aparece o questionamento sobre as razões para a diferença existente entre ricos e pobres, que correspondem, *grosso modo*, as teorias sociais e categorias de posicionamento político-social mais comuns. Os motivos menos apontados estão referidos a fatores individuais (“porque tiveram sorte”, “porque foram egoístas e imorais”); todavia, outros fatores individuais - “porque trabalharam bastante” ou “porque herdaram riquezas e dinheiro” também tiveram um peso significativo. Comparando-se o peso das respostas dadas a dois itens - “porque trabalharam bastante” e “porque foram criativos e correram riscos”, há nítido domínio do primeiro, o que nos pode fazer pensar que o trabalho está mais sendo referido enquanto valor, e menos na perspectiva da competitividade e da inovação. “Porque se beneficiaram de um sistema injusto” foi significativamente mais apontado pelos argentinos. Entre os três grupos de jovens, o fator sorte (“porque tiveram sorte”) foi desconsiderado.

Quando se pediu, todavia, o posicionamento do jovem sobre o seguinte tema (definido como polêmico): uma possibilidade de “distribuição de terra para os mais pobres, mesmo que isso signifique diminuir as propriedades dos mais ricos”, pouco mais de 50% se posicionaram sobre essa questão, assim distribuídos: entre os brasileiros, 34% favoráveis, 21% contra; entre os argentinos, aproximadamente 37% favoráveis, 17% contra; entre os uruguaios, 31% favoráveis, 29% contra.

Quadro 4 - Diferenças econômicas e sociais

30e. Há pessoas mais ricas do que outras porque se beneficiaram de um sistema econômico injusto						
		muito dificilmente	dificilmente	talvez	provavelmente	muito provavelmente
Como você votaria quanto à distribuição de terra para os mais pobres, mesmo que signifique diminuir as propriedades dos mais ricos?	CONTRA	3,0%	11,2%	23,1%	35,8%	26,9%
	A FAVOR	2,5%	6,7%	27,9%	31,7%	31,3%
30f. Há pessoas mais ricas do que outras porque foram criativas e / ou correram riscos						
		muito dificilmente	dificilmente	talvez	provavelmente	muito provavelmente
Como você votaria quanto à distribuição de terra para os mais pobres, mesmo que signifique diminuir as propriedades dos mais ricos?	CONTRA	5,3%	13,0%	35,1%	26,7%	19,8%
	A FAVOR	6,9%	12,1%	35,9%	26,4%	18,6%

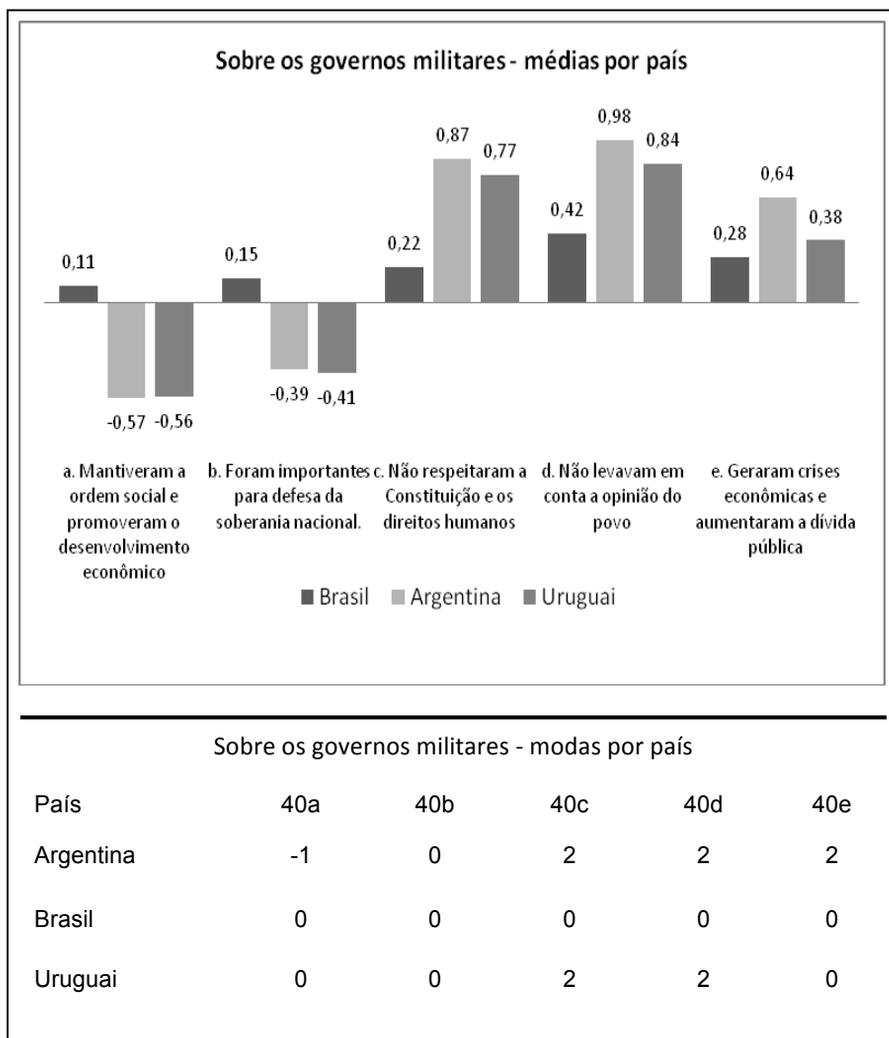
Fonte: Projeto “Jovens diante da História”, 2009.

Embora o trabalho enquanto valor tenha tido um peso significativo, os fatores ligados a ele terão pesos diferentes na avaliação dos fatores que terão uma importância significativa nas mudanças na vida das pessoas. Referindo-se à história mais recente, os jovens creditaram maior importância a fatores como

“desenvolvimento da ciência e do conhecimento”, “invenções técnicas e mecanização”, com um peso menor a fatores como “guerras”, “revoluções”, “movimentos sociais e políticos”, “organização de trabalhadores”, “migrações” etc. De forma geral, a estes últimos fatores é conferida maior importância no passado menos recente do que no presente ou como perspectiva de futuro. Assim, as explicações para o processo histórico mais recente centram-se muito mais em fatores como ciência e tecnologia, pensadas distantes de movimentos coletivos ou organizativos; como se o “progresso” estivesse na dependência dos primeiros, desconsiderando sua relação com os fatores sociais e políticos. Problemas ambientais, por outro lado, são avaliados como tendo menor importância no passado que no futuro, e nesse caso também as temporalidades parecem ser pensadas de forma isolada.

Algumas diferenças entre a avaliação de jovens brasileiros em relação à dos argentinos e uruguaios se tornam bem patente quando se pede a posição sobre as recentes ditaduras militares. Enquanto há uma pequena quantidade de jovens brasileiros que avaliam positivamente alguns aspectos desse período (“mantiveram a ordem social e promoveram o desenvolvimento econômico”, e “foram importantes para a defesa da soberania nacional!”), há uma absoluta rejeição dos argentinos e uruguaios em relação a isto. Estes últimos são muito mais incisivos nas afirmações de que tais governos “não respeitaram a constituição e os direitos humanos” e “não levaram em conta a opinião do povo”, embora um pouco menos em relação à afirmação de que “geraram crises econômicas e aumentaram a dívida pública”. Provavelmente, esta diferença em relação aos jovens brasileiros se deve à discussão muito mais presente no Uruguai e Argentina com relação aos desaparecidos políticos, e à mobilização de setores da sociedade frente a isso, o que não ocorre no Brasil. Entre os jovens brasileiros persiste uma avaliação mais atenuada, mesmo quando expressam posições críticas.

Quadro 5 - Posicionamento quanto às ditaduras militares



Fonte: Projeto "Jovens diante da História", 2009.

A tibieza da crítica dos jovens brasileiros ao regime militar é marcada pela moda das respostas a cada uma das afirmações sobre as ditaduras: é sempre zero, tanto nas afirmações favoráveis ao regime quanto nas contrárias a ele. As médias, portanto, acabam por indicar, no caso brasileiro, a prevalência da neutralidade da maioria, enquanto entre os que

se posicionam de forma mais decisiva, predominam os que são favoráveis às duas primeiras afirmações (positivas sobre a ditadura), bem como os que são favoráveis às três últimas (negativas sobre a ditadura). Ainda que as médias sejam abstrações, é possível perceber que a posição que predomina entre os jovens brasileiros, no final das contas, oscila entre a indiferença e uma avaliação - tênue - de que a ditadura teve aspectos negativos, mas também positivos. Nisso se diferenciam de seus colegas argentinos e uruguaios, cujas médias e modas são mais incisivas na rejeição às respectivas ditaduras, bem como de seus próprios professores brasileiros, que também rejeitam categoricamente os discursos e heranças destes tempos.

A questão que analisaremos por último, a seguir, permite analisar de que modo os jovens se posicionam em relação aos problemas sociais, às minorias e ao tema da solidariedade social, ou, em termos sociológicos, o fator do relacionamento interno a um grupo que produz atitudes cuja finalidade é a produção do bem do semelhante, de modo que cada cidadão sintasse responsável pelo seu compatriota. Para somar a esse importante elemento à perspectiva histórica, foi solicitado um posicionamento dos jovens a partir da seguinte proposta: “Imagine que um dia, no futuro, as populações indígenas e descendentes de escravos reclamassem uma indenização pelos muitos males que sofreram na construção de nosso país. Quem deverá pagar?”. Deveria ser marcada uma alternativa apenas, entre as seguintes: “o governo, com os impostos pagos por todos”, “os mais ricos do país”, “os países colonizadores que se beneficiaram da exploração”, e “ninguém”. Esta questão proveio exatamente daquela proposta aos jovens europeus, referindo-se à descolonização da África, cujos resultados poderiam ser assumidos basicamente pelos países colonizadores, ou por toda a comunidade europeia. Entre nós, ela assume outras características, referindo-se a populações cujos descendentes estão presentes no nosso

meio, muitas vezes reclamando agora seus direitos. Quem seria responsabilizado por seus males, e quem pagaria por eles?

O direcionamento das respostas dadas é bastante significativo. Mostra, em primeiro lugar, uma percepção muito clara de que a escravidão e a exploração da população indígena beneficiou alguns países, ou seja, aqueles que colonizaram as terras americanas (no caso, a rigor, Espanha e Portugal). Majoritariamente, o posicionamento é de que deveriam ser eles a pagar a indenização reclamada (essa opção foi indicada por certa de 42% dos brasileiros, 46% dos argentinos e 47% dos uruguaios). Portanto, a responsabilização por esse tipo de exploração é colocada no passado mais distante, na época colonial, pouco tendo a ver com o presente, não havendo uma identificação da responsabilidade de grupos nacionais por essa exploração. Desse modo, o benefício da exploração de índios e negros é exportado, junto com as riquezas extraídas pelas metrópoles, não se estabelecendo, por parte da maioria dos estudantes, a noção de que parte importante dessa exploração constituiu capitais que não foram alienados do país e gestaram uma classe dominante local.

Por outro lado, há claramente uma delegação ao Estado, que deveria pagar tal dívida a partir dos impostos pagos por todos (indicado por aproximadamente 31% dos brasileiros e argentinos, 20% dos uruguaios), na medida em que ele tipifica a permanência e a impessoalidade dessa exploração (ou seja, a culpa é assumida pelo Estado para não ser assumida por ninguém e por todos, ao mesmo tempo, enquanto contribuintes). Nota-se, apenas por parte de uma minoria (aproximadamente 11% dos brasileiros, 9% dos argentinos e 5% dos uruguaios) a relação dessa exploração com o acúmulo de riquezas por uma classe ou grupo – aliás, menor ainda do que o grupo que indicou que ninguém deveria pagar (13% dos brasileiros, 11% dos argentinos e 14 % dos uruguaios). Ou seja, as respostas a esta questão

demonstram uma percepção de que a defasagem econômica e social dos negros e indígenas é coisa do passado, não tendo que ser respondida pela sociedade no presente. Dessa forma, a imagem do passado ajuda a compor a legitimidade da riqueza no presente, e a História colabora com esse processo de legitimação da ordem social e econômica do presente. Há uma percepção bastante clara da exploração colonial, mas na medida em que ela se localiza no passado, e no passado mais distante, ela pode ser creditada ao estrangeiro (exatamente ao que deve pagar as indenizações), ao outro, não necessariamente assumida pelos nacionais. Daí, talvez, uma cisão entre o mundo colonial e a formação das nações atuais, que seriam fruto de dois processos distintos.

No Quadro 6 é mostrada uma tentativa de verificar se essas posições referentes à solidariedade com minorias ligam-se a posturas político-sociais pré-determinadas. Seleccionamos duas respostas à pergunta sobre os motivos de alguns seres mais ricos, as de caráter mais legitimador das diferenças sociais (portanto mais liberais) e cruzamos com as respostas sobre as indenizações. As porcentagens destacadas representam aquelas acima da média da resposta sem considerar o cruzamento. Não é possível encontrar uma relação obrigatória entre uma tendência liberal e uma postura de negação do direito ou “exportação” do dever de indenizar. Consideramos que essa falta de relação indica que as respostas sobre as indenizações não foram pensadas pelos estudantes a partir de um viés ideológico político-social prévio, mas de um senso de justiça particular definido por outros elementos, entre os quais, acreditamos que o padrão de cultura histórica, marcado pela forma pela qual a História, tem sido ensinado nestes três países.

Quadro 6 - Cruzamento entre fundamentos da riqueza de algumas pessoas/disposição para indenizar grupos empobrecidos desde o processo de colonização.

		Indenização a negros e índios - quem deveria pagar?			
		a. governo	b. os mais ricos	c. países colonizadores	d. ninguém
30b. Há pessoas ricas porque elas trabalharam bastante	muito dificilmente	25,0%	18,8%	45,3%	9,4%
	dificilmente	19,4%	11,1%	54,6%	11,1%
	talvez	28,2%	8,0%	47,2%	11,8%
	provavelmente	32,1%	9,1%	42,5%	12,3%
	muito provavelmente	32,1%	9,1%	40,5%	14,2%
	TOTAL	29,6%	9,3%	44,6%	12,3%
		Indenização a negros e índios - quem deveria pagar?			
		a. governo	b. os mais ricos	c. países colonizadores	d. ninguém
30f. Há pessoas ricas porque elas foram criativas e / ou correram riscos	muito dificilmente	31,4%	11,4%	38,6%	18,6%
	dificilmente	25,0%	13,2%	50,0%	5,9%
	talvez	5,9%	5,9%	5,9%	5,9%
	provavelmente	30,6%	5,7%	46,4%	13,9%
	muito provavelmente	31,2%	10,3%	41,9%	13,2%
	TOTAL	29,5%	9,8%	44,7%	12,1%

Fonte: Projeto "Jovens diante da História", 2009.

Algumas considerações

Como conclusão, poderíamos apontar alguns traços que dão significado à consciência histórica dos jovens pesquisados, para indagar o papel que o conhecimento histórico adquirido na escola desempenha nesse processo.

Um traço que sobressai é a questão do individualismo, bem como a resistência à participação política. Todavia, isso talvez possa ser visualizado a partir da possibilidade de formulação de outra *cultura política*. Alguns traços dela podem ser facilmente evidenciados a partir dessa contraposição de valores, atitudes e conceitos com aspectos do próprio conhecimento histórico: a) uma adesão favorável à democracia; b) uma recusa aos regimes e procedimentos autoritários e ditatoriais; c) a consideração das minorias como integrantes do sistema social e político; d) distanciamento de utopias e formas de participação revolucionárias.

No que tange à comparação intercultural, podemos destacar que a politização e o senso democrático são características tendencialmente menos significativas nos jovens brasileiros, embora eles demonstrem maior otimismo e maior preocupação com o meio ambiente.

Deve-se levar em consideração a idade média dos jovens pesquisados, a partir do que avulta a responsabilidade das discussões e dos conhecimentos históricos adquiridos na escola. Nesse sentido, se o jovem coloca um distanciamento tão grande da avaliação do presente e do passado do seu país em relação a si mesmo e ao seu futuro. Isto pode sinalizar uma absoluta falta de sintonia dele mesmo com o conhecimento histórico escolar, isto é, uma cisão entre vida e história. Passado e presente se mostram fragmentados; identificam-se permanências, apenas. A exploração do passado acaba no passado; a de hoje seria outra coisa. Como jovem, ele se coloca no presente. O passado é o que ficou para trás.

Embora se recusem a uma participação política, os jovens reagem de diferentes maneiras, a questões que se expressam de forma conflituosa no social, como a participação das mulheres, a reivindicação de direitos das minorias, os conflitos por terra e por trabalho, o intervencionismo estatal etc. Mas essas questões se mostram, em geral, despregadas do passado, percebidas como um sucedâneo de fatos, um acontecer contínuo. Daí a cisão passado/presente, que só enxerga no último as permanências do primeiro. Dessa forma, o movimento do tempo se volta, irremediavelmente, para o futuro, para a mudança, para a concepção de que o que mudou, também acabou. Assim, poderíamos enxergar nesses jovens aquilo que seria denominado de *identidades prospectivas*, em contraposição às *identidades retrospectivas*, nostálgicas, identificadas com o passado e propensas a acumular o denominado *capital histórico* (ou seja, produtor das identidades nacionais) (PAIS, 1999, p. 185-186).

Para o ensino de História, em particular, para os três países investigados, ficam duas indicações práticas importantes. Em primeiro lugar, para o Brasil, a consolidação de uma sociedade democrática passa obrigatoriamente por uma memória mais forte de suas violações; como visto acima os jovens brasileiros mostram uma rejeição muito fraca à ditadura militar, ao contrário de seus próprios professores, e diferentemente de seus colegas argentinos e uruguaios, que negam os discursos pró-ditaduras militares com maior ênfase, e aderem mais claramente à sua crítica. Derivada da natureza conciliatória das soluções pelo alto na política brasileira, esse dado da cultura política dos jovens significa um risco subliminar, e não pode, portanto, ser atribuído apenas à escola ou ao ensino de História. Essa última constatação, por sua vez, apenas incrementa a importância do trabalho educativo nesse aspecto da educação cívica das novas gerações.

Um último aspecto de destaque é a verificação de que a maioria dos estudantes, nos três países pesquisados, tem dificuldades de articular os processos de exploração humana no passado com a situação no presente de ricos e pobres. Embora essa relação não seja mecânica, o modo pelo qual se ensina a história colonial, apontando as metrópoles como exploradoras dos futuros países da América, e os processos de independência como eliminação desse jugo, parece contribuir para uma visão de processos de mudança - como a independência ou a abolição da escravidão - em eventos que “zeram o jogo” da exploração social. Percebe-se, nesse caso, que o ensino de História não contribuiu para a compreensão do presente, nem para uma solidariedade social efetiva, o que urge rever.

Referências

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007.

ANGVIK, M; BORRIES, B. *Youth and History*. A comparative european survey on historical consciousness and political attitudes among adolescents. Hamburg: Körber-Stiftung; Heinrich-Heine-Buchh, 1997.

BARSCHDORFF, Signe. Is history teaching up to date? In: LEEUW-ROORD, Joke van der. *The state of History Education in Europe*. Challenges and implications of the “Youth and History” Survey. Hamburg: Ed Körber-Stiftung, 1998. p. 77-102.

KÜNZLE, Maria Rosa Chaves. *O ensino de História e o conceito de nação: um instrumento de pesquisa*. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - PPGE-UFPR.

PAIS, José Machado. *Consciência histórica e identidade*. Os jovens portugueses num contexto europeu. Oeiras: Celta Editora, 1999.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, v. 1, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível: http://www.uepg.br/praxiseducativa/v1n2_Artigo01.pdf. Acessado: 10 out. 2009.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência Histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política* - vol. 1. 13. ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

SENNETT, R. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.